

ROLNIK, Raquel. Cada um no seu Lugar! São Paulo, Início da Industrialização:
Geografia do Poder. 1981.217f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -
FAU-USP, São Paulo, 1981.

AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES EM MATO GROSSO

Marta da Silveira Luedemann⁵

⁵ Professora do curso de Geografia da UNESP de Ourinhos.

RESUMO

Desde 1990, com a adoção das políticas neoliberais no Brasil, a indústria brasileira sofreu um gigante retrocesso, devido à privatização de setores estratégicos, falências e desnacionalização. Paralelamente, os governos que se sucederam desde 1990, sem promover forte estímulo aos setores diretamente associados a agropecuária, redirecionaram a economia nacional à agroexportação e à dependência de investimentos externos indiretos. Nesse período, o estado de Mato Grosso surgiu como uma ilha de prosperidade em plena crise, pela combinação de fatores naturais com as políticas de desenvolvimento e integração do território da década de 1970. Para saltar de uma economia apoiada na pecuária tradicional ao agronegócio, o Mato Grosso passou por diversas transformações sociais, políticas e espaciais.

Palavras-chave: Soja; Mato Grosso; agronegócio; formação econômica e social.

LES TRANSFORMATIONS RÉCENTES DANS MATO GROSSO

RÉSUMÉ

Depuis 1990, avec l'adoption de politiques néo-libérales au Brésil, l'industrie brésilienne a souffert une géante rétrocession, dû à la privatisation de secteurs stratégiques, de faillites et de dénationalisation. Parallèlement, les gouvernements qui se succèdent après 1990, sans promouvoir fort stimulation aux secteurs directement associés agro-pastorale, ont réorienté l'économie nationale à l'agroexportação et à la dépendance d'investissements externes indirects. Dans cette période, l'état de Mato Grosso apparaît comme une île de prospérité dans complète crise, dû à la combinaison de facteurs naturels avec les politiques de développement et d'intégration du territoire de la décennie de 1970. Pour sauter d'une économie appuyé dans l'élevage bovin traditionnel à l'agronegócio, Mato Grosso passe par de diverses transformations sociales, politiques et spatiales

Mots clé: soja, Mato Grosso, agribusiness, formation économique et sociale

Introdução

O complexo da soja é o principal segmento de exportações do agronegócio hoje no Brasil. A produção de soja de Mato Grosso equivale ao que a China (4º maior produtor mundial) produz em todo o seu território. O Mato Grosso detém atualmente a maior produção de soja, algodão e carne bovina do País.

Os principais segmentos do agronegócio brasileiro encontram-se divididos em vários grupos, dentre os quais os mais dinâmicos apresentam-se na seguinte ordem: complexo da soja; sucroalcooleiro; carnes; papel e celulose; madeira; couros, peles e calçados; café, chá, mate e especiarias; fumo e tabaco; suco de frutas; algodão e fibras têxteis vegetais; cereais, farinhas e preparações; frutas, hortaliças e preparações; cacau e suas preparações; pescados; leite, laticínios e ovos; bebidas; borracha natural

O estudo sobre as transformações recentes no estado de Mato Grosso foi elaborado a partir das concepções teóricas de organização do espaço do agrícola, de Thünen; renda da terra, formação econômica e social e modo de produção, de Marx; combinações de fatores e dinâmica das regiões, de A. Cholley; formação sócio-espacial de M. Santos; dialética das elites de poder, da dualidade da economia brasileira, de I. Rangel; ciclos longos de acumulação e organização do espaço, de N. D. Kondratieff; analogia, totalidade e análise interdisciplinar, de J. Dresch; desenvolvimento desigual e combinado de L. Trotsky; diferenciação social no seio do pequeno modo de produção, V. Lênin; e, integração das teorias acima citadas na análise geográfica de A. Mamigonian.

A ocupação do sul do atual estado de Mato Grosso

Durante dois séculos, a economia mato-grossense baseou-se na pecuária. Inicialmente como atividade secundária, abastecendo as zonas auríferas da região setentrional do pantanal e, posteriormente, formando uma hinterlândia (juntamente com Goiás, Minas e Norte de São Paulo), que ocupou toda região sul do estado de Mato Grosso. Também nas áreas ribeirinhas fixou a agricultura de subsistência, oriunda das monções (região oriental) ou das bandeiras (região ocidental), ampliando as fronteiras da cultura caipira e abastecedor de mão-de-obra.

A partir do declínio da mineração, fim do século XVIII e início do século XIX, as casas de comércio tornaram-se responsáveis pelo comércio import-export de borracha, açúcar, mate, gado, caldo de carne, charque e extração de ervas medicinais. Além disso, detinham o monopólio de transporte fluvial, por onde escoavam os produtos pelos rios

Cuiabá-Paraguai⁶. Toda a porção austral do atual estado de Mato Grosso estava associada à bacia hidrográfica do Paraguai, integrando comercialmente Corumbá-Cáceres-Cuiabá e, em menor proporção a bacia do Prata (Assunção, Montevideu e Buenos Aires) (Ferrari, 1989).

Sendo os comerciantes locais considerados cidadãos de segunda classe, sem poder de decisão junto aos comerciantes portugueses (ou os “bicudos”), em 1834, ocorreu a Rusga Cuiabana. Essa revolta de liberais radicais e populares contra o domínio de portugueses, portugueses nativos e de outros estrangeiros, provocou a morte de aproximadamente 400 pessoas ligadas à economia local e ao comércio fluvial. Tal processo permitiu que comerciantes brasileiros ampliassem sua participação na intermediação de operações bancárias, indústria de carne (charque, curtume e caldo), na primeira usina de açúcar, além de terras para a exploração agropecuária e extrativista. Na República, a economia do estado ainda se apoiava no comércio fluvial, porém a oligarquia pecuarista formada nesse período impediu o avanço do cultivo da cana-de-açúcar, contribuindo para o fim desta atividade. Todavia, o poder ascendente dos pecuaristas na política sobrepondo-se aos antigos comerciantes brasileiros ocorreu devido a três fatores: i) declínio do comércio fluvial, diminuindo a influência de Corumbá; ii) expansão da pecuária extensiva no sudeste do estado (atual estado de Mato Grosso) com o aumento da demanda de São Paulo e Rio de Janeiro; iii) mudança do eixo econômico do Pantanal para os vales do leste do estado.

A princípio, o crescimento da pecuária como atividade principal evitou o esvaziamento demográfico, contudo, mesmo associada com o extrativismo, os “fatores não foram suficientes para criar o florescimento e permanência de centros urbanos de maiores dimensões” (Cardoso, 1989). A pecuária extensiva se difundiu em toda extensão meridional do estado em direção norte, ocupando mais intensamente o pantanal e os vales da porção ocidental, instituindo o coronelismo característicos de relações semi-feudais, que garantiu a constituição do maior rebanho de gado bovino do País já na década de 1970. A mineração continuou em pequena e média escala a ocupar de forma heterogênea e pontual o território mato-grossense. Muitos municípios originários de antigos garimpos permaneceram pequenas cidades depauperadas por essa

⁶ Conforme Cardoso (1989), Corumbá tornou-se a cabeça da rede hidrográfica por sua posição estratégica de porta de entrada do Centro-Oeste, tornando-se a cidade mais importante da região no período da mineração.

atividade econômica, como é o caso de Poxoréu⁷, Itiquira e Poconé, na região do Pantanal. A região leste, portanto, recebia fluxos de pecuaristas, posseiros e garimpeiros que, atraídos por terras ou lavras de diamantes, atravessaram o rio Araguaia e se apossaram do território. Os garimpeiros, na sua maioria (e até hoje), eram procedentes das antigas zonas de garimpo da Bahia, enquanto os pecuaristas eram de Goiás, Minas Gerais e São Paulo e os posseiros das áreas de conflito por terras no nordeste.

Desde o fim da mineração, a pecuária mato-grossense granjeou espaços físicos e políticos, perdurando como economia principal o que lhe garantiu o enraizamento das relações semi-feudais na superestrutura, tais como: a imposição de famílias sobre o poder público e judiciário; valorização da cultura rural em detrimento da concepção de modernidade; forte desigualdade social e poder associado à concentração de terra. Considerando a fase atual, ainda que o capitalismo se realize nas relações concretas de trabalho e produção, a superestrutura ainda mantém fortes resquícios semi-feudais, sobretudo, garantindo favorecimentos públicos ou judiciários às famílias da tradicional oligarquia. Por outro lado, também esta oligarquia vem se modernizando por influência da dinâmica capitalista da produção de grãos. Nesse sentido, mesmo que os produtores de grãos e plumas sejam a classe dominante na economia, ainda está ampliando seu espaço nos poderes executivo, legislativo e judiciário. E, por fim, também os produtores capitalistas muitas vezes fazem das relações apadrinhamento e trocas de favores que lhe garantam situações favoráveis no pleito judiciário. Devemos então considerar que a história das relações sociais em Mato Grosso começa nas nações indígenas e destas para a escravização pelos bandeirantes. Posteriormente a substituição da mão-de-obra por africanos e descendentes, manteve-se em toda a fase de exploração de riquezas minerais. Os conflitos por terra, por consequência da concentração fundiária própria da atividade extensiva, colocou em relevo os abusos sobre os direitos civis e garantiu grande parcela dos trabalhadores em situação de pobreza. Então, entre os agregados ou os pequenos produtores, as condições de existência os lançaram no trabalho livre para as cidades emergentes.

O avanço do telégrafo, da ferrovia e posteriormente da rodovia e dos caminhões frigoríficos também foi determinante na integração do Mato Grosso a divisão regional

⁷ Poxoréu, localizada na região sudeste de Mato Grosso, está entre os índices mais baixos de pobreza. Devido às características da economia extrativista, o garimpo não fixou o trabalhador na terra e as riquezas se pulverizaram sem retorno ao próprio município. As tentativas de transformar a mão-de-obra local em produtores de frutas para o abastecimento de cidades vizinhas, foram frustradas por vários motivos, principalmente

do trabalho. O município de Rondonópolis (MT) tornou-se a nova porta de entrada de Mato Grosso e também da região amazônica. Sem percorrer terras mato-grossenses, a ferrovia alcançou o oeste de Mato Grosso do Sul, através da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e, a leste do estado a EF Goiás prolongou a EF Mogiana. Esta constituição de novos centros de força direcionou investimentos na região sudeste do estado, lançando as bases para uma nova fase econômica.

No contexto das políticas públicas, apenas a partir da década de 1930 o governo passou a intervir sobre o território nacional na perspectiva de eliminar a economia insular e integrar o país economicamente. Após a era Vargas, o governo JK pode ampliar a malha viária e implantar um novo o centro político no coração do País, com a construção da nova capital federal, Brasília. Porém apenas na década de 1970, com a crise internacional do 4º ciclo longo, o planejamento econômico dos governos militares apontou diretrizes determinadas para o Centro-Oeste e Norte do Brasil. Para conter o aprofundamento do déficit da balança comercial brasileira, com a crise do petróleo, o governo optou pela substituição de combustíveis fósseis e a ampliação do leque de ofertas de commodities no mercado internacional. Partindo do desenvolvimento do setor de bens de produção (indústrias de máquinas e equipamentos instaladas no Brasil no período dos Planos de Meta) e dos avanços na adaptação de sementes, com a criação da EMBRAPA.

Destarte, o Planalto Central brasileiro com áreas de cerrado e chapadões praticamente não exploradas transformou-se em área de difusão tecnológica e de agricultura moderna planejada no I e II Plano Nacional de Desenvolvimento. Partindo dos cerrados mineiros, posteriormente os atuais estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ocorreu a política de expansão da agricultura moderna. Acesso à terra de baixo valor, projetos de colonização e políticas de crédito e apoio técnico da Empaer e Embrapa, atraiu pequenos, médios e grandes produtores principalmente dos estados do sudeste e sul do Brasil. Os vários contingentes populacionais de sertanejos oriundos do “Nordeste Seco” (Aziz Ab’Saber), os quais durante décadas marcharam a pé em direção ao planalto central ocupando pequenas glebas com ou sem regularização da propriedade, formaram a mão-de-obra dos latifúndios pecuaristas e posteriormente o semi-salariado das fazendas agrícolas.

O período das grandes comitivas de gado que traçavam longas jornadas de Mato Grosso ao Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas e São Paulo estava prestes a acabar. Isto

porque o governo federal, ao observar o prejuízo decorrente dessa condição de comércio considerou urgente a solução do problema. De acordo com Povoas (1977), com mais de um milhão de cabeças de gado em Mato Grosso, os pecuaristas ainda comercializavam o gado em pé, seja para abate ou engorda. Pequena parcela do rebanho era comercializada em frigoríficos do estado, enquanto a maior parte era enviada pela EF Noroeste ou a pé para as invernadas e para frigoríficos de outros estados.

A partir de 1970 verifica-se a primeira fase do desenvolvimento do capitalismo em Mato Grosso, pela via dos investimentos em infra-estrutura, acesso à terra e crédito, programas de desenvolvimento regional, apoio técnico ao produtor, com os seguintes programas, conforme Povoas (1977, p. 81-97):

- Plano de Integração Nacional (PIN), implantado em 1970 - infra-estrutura de transporte, com a abertura de rodovias federais para a integração econômica e mobilidade de pessoas. Ênfase na rodovia BR-165, Cuiabá-Santarém;
- Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), em 1971 - conclusão e pavimentação de seis rodovias federais (BRs 070, 163, 262, 364, 373, 463), investimento em Frigoríficos (Sadia), armazenamento e saneamento
- Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), em 1971 – visava as áreas de atuação da SUDAM e SUDENE, criou carteira de empréstimos para aquisição de terras, bens de produção, reprodutores, etc. Tornou-se uma fonte atrativa de investimentos do sudeste e sul, com a mediação do Banco do Brasil e o Banco da Amazônia, que proporcionavam empréstimos a juros baixos e parcelado em doze anos;
- Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal (PROBOR), em 1972 – com maior atuação no norte do estado e voltado especificamente à produção de borracha, visa recuperar ou formar seringais e instalar novas usinas;
- Empresa Brasileira de Pesquisa de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), 1972 – empresa fundamental para a promoção de pesquisas, desenvolvimento e adaptação de cultivares ambientados às condições dos Cerrados. Juntamente com a Emater-MT promoveu a assistência técnica constante ao pequeno produtor.
- Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), em 1974 – incentivo á proteção da fauna e flora, mas com atividade econômica, além de investir em transporte (Transpantaneira), energia elétrica, pecuária e saneamento.

- Programas de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), em 1975 – visa a integração das áreas do cerrado através de infra-estrutura para a produção agrícola moderna, investimentos em novos insumos e pesquisa e experimentação agrícola. Dentre as doze áreas de atuação, o atual estado do Mato Grosso sediou duas, uma em Xavantina e outra em Parecis.
- Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), em 1975 – com quatro áreas pólo no estado: Aripuanã, Juruena, Xingu-Araguaia e Araguaia-Tocantins. Planeja construção de rodovias, delimitando áreas de atividade econômica, reservas indígenas e reservas ecológicas.

Tais políticas permitiram a atração de migrantes sudestinos e sulistas, em grande parte descendentes de imigrantes europeus com perspectivas empresariais que se beneficiaram do processo e adquiriram vastas extensões de terras, apoiados pela política de produção de grãos. Através do desenvolvimento de novos cultivares de soja pela EMBRAPA, que permitiu pela primeira vez a produção em regiões de clima tropical, a sojicultura se expandiu gradativamente na porção sudeste de Mato Grosso. Neste contexto, a soja migrava das áreas de latitudes mais altas para as de baixas latitudes e se expandia gradativamente em leque. Tendo o alto custo de correção da acidez dos solos do cerrado e de transportes compensados pela produção mecanizada nas terras aplainadas das chapadas e os contínuos investimentos em escala e em inovações técnicas. As relações capitalistas de produção alteraram a dinâmica econômica das cidades do estado, onde houve forte crescimento nos setores de serviços. Notadamente, a taxa de crescimento urbano das cidades aumentou e novos centros urbanos surgiram. Na década de 1980, Mato Grosso comportava duas grandes indústrias esmagadoras de soja, oriundas do estado de Santa Catarina, que se instalaram na capital e no interior do estado.

Nos anos 1990, com a abertura comercial inicia a fase de intensificação da produção agroexportadora, conseqüentemente a produção mato-grossense apresenta maior concentração de terras e rendas entre os sojicultores. O poder público migra dos pecuaristas para os sojicultores, alcançando o governo de estado no início dos anos 2000. A produção de soja saltou de aproximadamente 100 toneladas para 15 milhões de toneladas entre 1980 e 2005, e a área plantada passou de quase dois milhões de hectares em 1995 para mais de seis milhões de hectares em 2005. A produtividade da lavoura de soja alcançou os padrões norte-americanos, atraindo investimentos externos. No fim da década de 1990, as indústrias de óleo de soja foram compradas por tradings

internacionais concentrando o controle das exportações. Dentre as empresas de agronegócio da soja de capital nacional, o Grupo Maggi se destaca na produção (maior produtor individual do mundo), no comércio e no transporte. Nos anos 2000 o índice de desmatamento no Mato Grosso atingiu as maiores taxas do Brasil, concomitante com a sua posição de maior produtor de soja do país, aproximadamente 25% do total.

Considerando as combinações (cf. Cholley) entre políticas de Estado, fatores naturais e humanos, frente à profunda disparidade regional entre centro-oeste e sudeste do País, há de se considerar que o desenvolvimento recente de Mato Grosso subtraiu etapas alcançando rapidamente a posição de agricultura capitalista moderna. Por último, alguns aspectos inerentes às atuais mudanças no modo de regulação da economia brasileira, quiçá latino-americana, que se ordenam no conjunto das políticas de abertura comercial e de “globalização”, também alteraram a cadeia de produção do agronegócio mato-grossense com a desnacionalização da indústria de esmagamento e produção de óleo de soja ao mesmo tempo em que os grandes sojicultores de Mato Grosso intensificam a concentração fundiária intra-estadual, inter-estadual e internacional, adquirindo terras, em grande parte, na Bolívia.

Dinâmica econômica do Estado de Mato Grosso

O estado de Mato Grosso detém hoje 20% da produção nacional de soja como um dos maiores complexos sojíferos do mundo: o maior produtor individual do planeta, o atual governado do estado, Blairo Maggi, os maiores estabelecimentos industriais com capacidade para esmagamento de soja de transnacionais. Além disso, os maiores índices de produtividade (sc/ha) do mundo foram alcançados nos últimos anos.

Mesmo com fraca e pouco densa rede urbana, além de ausência de regiões metropolitanas, o estado de Mato Grosso apresenta hoje um dos maiores índices de população urbana do país 79% - em virtude da economia secular de pecuária extensiva e da atual produção agrícola moderna em grandes latifúndios. Em 1960 havia aproximadamente 325 mil habitantes e em 2007 a estimativa é de 2.854 mil. Esse crescimento de 8,7 vezes do total da população em quase quarenta anos reflete as políticas de incentivo à agroindústria para a região centro-oeste. O estado de Mato Grosso apresenta importante movimento migratório desde 1980, cujos fluxos migratórios mais significativos são de paranaenses, aproximadamente 30% do total de

imigrantes, paulistas (11%), mineiros (10%), sul mato-grossenses (9%) e nordestinos (7%).

As causas históricas que viabilizaram esses movimentos migratórios são basicamente: a) o entrave da parcelização das terras na região sul do país, principalmente nas áreas de pequena e média produção mercantil frente a resistência dos grandes latifúndios; b) estímulo governamental à agricultura moderna no cerrado, na década de 1970, c) aumento da carestia e expropriação de pequenos proprietários de terras no nordeste.

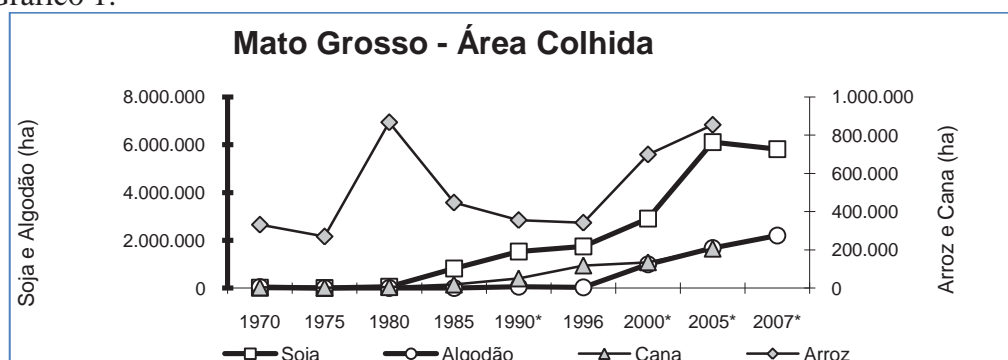
Complexo da Soja: produção, oscilação de preço, custos e câmbio

Considerando as principais culturas de Mato Grosso, em 2007 a soja ocupava 65,7% das terras agriculturáveis, seguida do milho (21,3%), sorgo (17,3%), algodão (7,3) e arroz (3,6%). A proporção das lavouras com relação ao total do país, o estado concentra quase 25% da área cultivada de soja do País (1ª maior produção), 50% daquela de algodão (1ª), 28% de girassol (2ª), 12% de milho (2ª), 14% de sorgo (2ª), 10% de arroz (3ª).

A EMBRAPA foi fundamental no processo de introdução de tecnologias e biotecnologias para desenvolvimento e pesquisa de processos de produção, novos cultivares e adaptação de cultivares às várias unidades naturais do território mato-grossense. A partir de 1990, o governo federal reduziu perversamente os investimentos na EMBRAPA, como um sucateamento forçado. Em 2000, a parceria entre EMBRAPA e Fundação Mato Grosso (associação dos sementeiros para o desenvolvimento conjunto de novas tecnologias de produção e produtos) foi rompida em prejuízo da Empresa brasileira que perdeu temporariamente os royalties sobre as cultivas desenvolvidas no âmbito da sociedade. Contudo, a EMBRAPA-MT conseguiu ganhar um processo na justiça para reaver a propriedade da patente do cultivar por ele desenvolvido. A Fundação Mato Grosso, por sua vez, construiu um centro de pesquisa com os ex-funcionários da EMBRAPA e aprofundou suas relações com grandes empresas multinacionais de biotecnologia, insumos (fertilizantes, herbicidas, inseticidas e melhoramento genético) e máquinas e equipamentos. As inovações possibilitaram a expansão da sojicultura e da cotonicultura nos demais compartimentos morfoclimáticos do estado (floresta amazônica e áreas de transição), acompanhado do aumento da participação dos produtos brasileiros no mercado internacional, ampliando os

investimentos e as áreas de produção. Ou seja, ampliando os índices de desmatamento no norte do estado. A modernização técnica vem acompanhada de elevação de custos de produção em mão-de-obra, insumos e mecanização (manejo, conservação e manutenção). Assim a produtividade da cultura de soja em Mato Grosso apresenta índices superiores à média do Brasil (superando o Rio Grande do Sul e o Paraná) e em algumas localidades os índices são superiores aos dos EUA. A alta qualidade do algodão produzido nas chapadas mato-grossenses também supera os índices nacionais e norte-americanos. (Luedemann, 2008, p. 84-85)

Gráfico 1:



Fonte: IBGE. Censo agropecuário, série 1970-1996. PAM, série 1990-2007. * Pesquisa Agrícola Municipal.

Em Mato Grosso, as lavouras de soja cresceram 2,8 vezes no período 1990-2003, passando de 1,5 milhões de hectares para 4,4 milhões de hectares plantados. A cultura de algodão passou de 43,4 mil hectares para 290,5 mil hectares plantados, no mesmo período.

O custo de produção da sojicultura em Mato Grosso, em janeiro de 2005, era de US\$ 450 a US\$ 500 por hectare, devido às características dos solos pobres do cerrado que necessitam maior quantidade de insumos agrícolas. Em comparação com produção de soja na Argentina, o custo médio é de aproximadamente US\$ 300 por hectare (A Tribuna, **29/01/2005**).

A crise do agronegócio da soja consiste na convergência de câmbio valorizado, aumento no custo de produção e queda nos preços internacionais da soja. Contudo, observa-se que o crescimento dos preços da soja **na Bolsa de Chicago**, no período de 1999-2004, promoveu forte crescimento da sojicultura no país. Em agosto de 1997 o preço da saca de 60 kg de soja oscilava próximo de R\$ 18,00, alcançando o ápice com aproximadamente R\$ 55,00 por saca em março de 2004, e decaindo para R\$ 25,00 em março de 2006 (CEPEA/ESALQ, preços levantados no Paraná). Até a safra 2003/04, a sojicultura apontou no mercado como um dos investimentos de maior rentabilidade no

setor agropecuário. A área plantada passou de 11,5 para 23,4 milhões de hectares, mais que dobrando a área de cultivo.

Gráfico 2:



Fonte: CEPEA/ESALQ.

Observa-se, então, que o preço médio da saca de soja da última safra (2005/06) não regrediu mais do que na safra de 2001/02, há quatro anos atrás (como se observa no gráfico 1 acima e na tabela 1). Porém, o endividamento do sojicultor está associado com os altos custos de produção, sobretudo do custeio de insumos, a progressiva valorização cambial do real, a desvalorização do dólar no mercado internacional – medida do Federal Reserve nos EUA para conter os déficits comerciais– e a aquisição e/arrendamento de terras para ampliar a produção.

Em Mato Grosso, o plantio da soja triplicou, e nas regiões centro-sul e nordeste do estado, a cultura sojífera quase quintuplicou. Em 1996, a área plantada da soja mato-grossense representava 1/5 do total nacional, dez anos mais tarde, passou para ¼ das lavouras sojíferas do País, com a incorporação de mais de 4 milhões de hectares, 70% localizada no Norte de Mato Grosso (tabela 3).

Tabela 1:

Área plantada de soja no Brasil e Mesorregiões de Mato Grosso– 1996 e 2005

	1996 (ha)	2005 (ha)	área incorporada no período (ha)	média cresc em 10 anos (1996 a 2005)
Brasil	10.356.156	23.426.731	13.070.575	226%
Mato Grosso	1.956.148	6.121.724	4.165.576	313%
Norte Mato-grossense - MT	1.078.026	3.978.585	2.900.559	369%
Nordeste Mato-grossense - MT	135.119	651.648	516.529	482%
Sudoeste Mato-grossense - MT	28.831	96.401	67.570	334%
Centro-Sul Mato-grossense - MT	19.710	94.545	74.835	480%
Sudeste Mato-grossense - MT	694.462	1.300.545	606.083	187%

Fonte: IBGE; elaboração própria.

Com o boom dos preços da soja, safra de 2003/04, a sojicultura se alastrou nos arredores das áreas de chapadas, ocupou terrenos em sistema de arrendamento em áreas tradicionais de criação e, e até nos vales arenosos (município de Itiquira), promovendo forte elevação no preço da terra⁸.

Tabela 2:

Preço das terras no Brasil por UF (R\$/ha)

Unidade da Federação	Cotação no bimestre de janeiro/fevereiro de 2005		
	Média	Máxima	Mínima
Acre	433	1.337	30
Alagoas	1.344	3.769	241
Amapá	129	373	16
Amazonas	220	918	34
Bahia	1.730	8.575	69
Ceará	951	10.338	34
Espírito Santo	3.279	10.305	657
Goiás e Distrito Federal	2.806	6.723	590
Maranhão	644	2.815	66
Mato Grosso	1.967	7.205	158
Mato Grosso do Sul	2.864	9.229	89
Minas Gerais	3.329	12.463	72
Pará	680	3.100	40
Paraíba	915	3.625	124
Paraná	6.709	16.116	369
Pernambuco	2.491	12.977	30
Piauí	493	2.111	45
Rio de Janeiro	2.401	5.113	500
Rio Grande do Norte	932	5.439	44
Rio Grande do Sul	5.610	14.560	<u>2.295</u>
Rondônia	2.372	6.485	186
Roraima	598	1.178	77
Santa Catarina	6.373	<u>28.000</u>	1.428
São Paulo	<u>9.364</u>	21.694	1.240
Sergipe	2.407	9.863	245
Tocantins	1.308	3.500	145

Fonte: Instituto FNP, fevereiro de 2005

Legenda: em italico a menor e sublinhada a maior cotação na coluna

O grande avanço da sojicultura nas regiões norte e nordeste de Mato Grosso, que garantiu o título de maior produtor de soja do Brasil em todo o período 2001-2004 (Folha de S. Paulo, 23/1/05). Destarte, as exportações do estado cresceram 6,3 vezes em dez anos, entre 1996-2005, de US\$ 659,3 milhões para US\$ 4.151,6 milhões.

A expansão da soja no nordeste também vem acompanhada do aumento nos preços da terra e atraindo investimentos do sul, sudeste e centro-oeste. No Piauí, estima-se que 6 milhões de hectares do cerrado são de terras cultiváveis, porém apenas 250 mil hectares são utilizados pela agricultura, destes a sojicultura ocupa 75,2% (188 mil hectares). Em 2000, o preço mínimo da terra era de 50 reais por hectare, cinco anos depois, multiplicou por dez a valorização da terra do Piauí, com preço mínimo que varia de 500 reais até 1.500 reais. A cidade de Uruçuí (PI), por exemplo, apresentou maior número de investimentos na sojicultura a partir da instalação de uma unidade de esmagamento da Bunge, em 2003, atraindo produtores das regiões Sul e Centro-Oeste.

⁸ Conforme Instituto FNP, entre 2002 e 2004 a região Centro-Oeste apresentou a mais alta valorização média das terras (164%), quase quatro vezes acima da inflação. O valor das terras em Primavera do Leste, em abril de 2006 era dez vezes maior do que em Itiquira, R\$ 5.870 e 577, respectivamente.

A Bunge principal compradora da soja do estado tem isenção de impostos por 12 anos. O governo de estado, por sua vez, auxiliava na regularização fundiária para controlar a grilagem e ampliar os investimentos produtivos, sobretudo na sojicultura. Em 2006, os preços da terra estagnaram em virtude da crise na agricultura. No Piauí e no Maranhão os investimentos concentram-se em produtores e empresas do sul e sudeste do Brasil, que também foram afetados pela crise. No oeste baiano, a perspectiva é de que a cana-de-açúcar ocupe áreas da produção de grão e a soja avance para o interior da Bahia (Folha de S. Paulo, 23/2/2005; Valor Econômico, 03/8/2005; 03/4/2006).

Em Campo Verde (MT) verificou-se em entrevistas recentes que os produtores estão buscando alternativas ao cultivo da soja, com parcelas da terra para arrendamento de terras para cultivo de cana-de-açúcar ou produção de sementes de girassol. Isto é, a alternativa a crise da soja poderá culminar na ampliação de áreas para produção de biodiesel ou biocombustíveis.

A valorização do câmbio foi prejudicial aos agricultores inclusive pela forma como evoluiu: os produtores deram início ao plantio da safra 2004/05, importando insumos com o câmbio de R\$ 3,20, venderam a safra com câmbio cotado a R\$ 2,50 e retornaram o ciclo da nova safra com o câmbio inicial de R\$ 2,60 e final de R\$ 2,10 (Folha de S. Paulo, 23/5/06).

A estima-se que aproximadamente 80% do endividamento do produtor em Mato Grosso provém dos insumos – em grande parcela, oriundos de importações e comercialização controlado por grandes tradings internacionais (Bunge, Cargill, ADM, etc.) –, de forma que o repasse do governo ao setor agrícola, indiretamente ou não, termina concentrado nas transnacionais que controlam o setor. Recentemente, o Ministério da Agricultura incorporou novas medidas para prorrogação dos financiamentos de custeio da safra 2005/06: aos sojicultores do sul e sudeste passará de 50 a 55% e das regiões norte, nordeste e centro-oeste, 80% (Diário Regional, 17/6/06). Por outro lado, a quebra da safra 2004/05 do Rio Grande do Sul, por ocasião da estiagem prolongada, mitigou em parte os efeitos da crise no centro-oeste.

Sendo o agronegócio o motor da economia do estado de Mato Grosso, a crise na agricultura afetou os demais setores econômicos. As contratações foram reduzidas e as demissões nos setores privados e públicos ampliaram. No mês de maio passado, os produtores de soja organizaram protestos e bloqueios de estradas, pressionando o governo para atender o setor agrícola (Valor, 13/5/06). O movimento teve apoio das várias associações e sindicatos patronais, e denominou-se SOS Rural.

Em Sinop, o custo de produção variava entre R\$ 22 a R\$ 24, porém a saca da soja era vendida a R\$ 15 (Gazeta Mercantil, 18/5/2006)

Por fim, a ferrugem asiática também foi um fator a se pesar na crise do agronegócio de Mato Grosso. Dentre as pragas e doenças da monocultura da soja, a ferrugem foi o principal fator intrínseco à monocultura da soja que alterou os custos de produção (aumento de 35% entre as safras 2004/05 e 005/06) e, conseqüentemente a produção da soja no Brasil e em Mato Grosso.

Conforme o Instituto de Economia Agrícola (Imea) e a FAMATO, calcula-se o prejuízo da lavoura de soja na safra 2004/05 em R\$ 440,00 por hectare plantado. Foram produzidos 23 milhões de toneladas em 8,432 milhões de hectares, com grandes diferenças regionais em todo o estado: entre 55 sc/ha e 30 sc/ha.

A valorização do câmbio permitiu uma situação de redução das exportações sem promover o estímulo às importações, devido à contração das divisas. Gerou sobretudo o aprofundamento da crise na sojicultura, visto que o setor já enfrentava o problema da queda do preço da *commoditie* no mercado internacional em função do crescimento dos estoques de soja nos EUA. Soma, então, o endividamento com as importações de insumos agrícolas, comprados no início da safra 2004/05 em condições diversa à fase final da colheita.

Conforme a Associação Americana de Soja (ASA) o aumento da produção nos EUA decorre também de novos métodos adotados pelos produtores de soja, que diminuíram o distanciamento do das fileiras de plantas de 75 cm, na agricultura convencional, para apenas 25 cm, usando variedades resistentes aos herbicidas. (ASA, <http://www.asa-europe.org/pdf/sustainable%20PT.pdf>)

Processo de concentração e centralização de capital em Mato Grosso.

Dentre as dez empresas que exportaram individualmente mais de US\$ 1 bilhão, nos anos de 2003 e 2004, três atuam no agronegócio: a Bunge, a Cargill e a Sadia. Em 2004, pela ordem as dez maiores exportadoras eram: 1ª Petrobras, 2ª Embraer, 3ª CVRD, 4ª Bunge, 5ª Volkswagen, 6ª Cargill, 7ª General Motors, 8ª Halliburton, 9ª Ford e 10ª Sadia (Valor, 01/7/2005).

Nas últimas décadas, a forte concentração no setor de alimentos promoveu a formação de oligopólios e oligopsônios na cadeia do agronegócio. No mundo, quatro grandes empresas concentram o comércio e o beneficiamento de grãos: ADM, Bunge, Cargill e Dreyfuss (ABCD). Nos EUA, Europa e no Brasil estas empresas controlam

80% do mercado de grãos e fatia equiparável nas exportações brasileiras. Por causa disso a China busca eliminar intermediários na aquisição de grãos do Brasil, vencendo a barreira da determinação de preços pelas tradings e definindo para si a sua futura posição de monopólio.

Contudo, desviar da influência do ABCD, as quatro grandes, não é fácil, pois ambas detêm rede de fornecedores, estrutura de transporte, armazéns e silos além de financiar a produção e fornecer insumos agrícolas à uma parcela significativa dos produtores de grãos dispersos pelo território brasileiro. Os produtores brasileiros dependem das tradings em função do crédito e do financiamento restrito além da ausência de cobertura às oscilações do preço no mercado (*hedge*) (VALOR ECONÔMICO, 25/4/2006). Ainda, o acesso ao crédito no país de origem das multinacionais e mesmo no Brasil – como se observa na história recente do País –, facilita os financiamentos para novos investimentos e empréstimos a produtores. Nesse contexto, em referência ao financiamento, vários bancos europeus, em particular os de Genebra, são especializados nas carteiras de crédito, *hedge* e financiamento para commodities, atuando em conjunto com Bunge, Cargill, Dreyfus, entre outras empresas de agronegócio.

As grandes empresas do agronegócio estão se desvinculando do modelo de “tradings puras” (controle do comércio apenas) e investindo na indústria, na agricultura, na armazenagem e nos meios e vias de transporte e portos. Isto permite a maior fluidez e eliminação de gargalos no transporte e portuário além de solidificar relações em várias escalas (local, regional, estadual e nacional) e os novos competidores encontrem diversos níveis de barreiras. No Porto de Santos, por exemplo, houve o investimento – sem licitação... – de um sistema de expedição de soja no Terminal Marítimo do Guarujá (Termag) com mais de 4 km de correias que interligam a ferrovia com os navios, criando um novo terminal graneleiro, o Terminal Graneleiro do Guarujá (TGG), e um sistema de recepção de insumos agrícolas fruto do consórcio entre os grupos Maggi, Bunge e Ferronorte. O investimento nos dois sistemas do TGG foi de mais de R\$ 53 milhões. O sistema graneleiro expede 1,7 mil toneladas por hora (Valor Econômico, 20/10/2005).

Além de ser o estado que mais cresce na produção de soja, o Mato Grosso também tornou-se campeão em queimadas em áreas da Amazônia Legal. Em 2003, o estado foi responsável por 48% das queimadas no Brasil. Sabe-se que a abertura de terras em áreas de fronteira encontra-se associada com o preço da terra no País (como veremos abaixo)

e os atrativos que municípios e estados promovem para ampliar os investimentos. A Cargill, por exemplo, é a maior fonte tributária de Goiás e não é diferente o papel das grandes empresas do agronegócio nos demais estados cuja principal fonte de renda é a agricultura.

Crise e investimento no agronegócio de Mato Grosso

A crise de 2004 no agronegócio brasileiro foi o momento propício para as grandes multinacionais ajustarem seus investimentos e cortes de custo, além de ampliar fábricas, abrir novas plantas em áreas de fronteira agrícola, com subsídios e isenções e fechar unidades em regiões pouco agressivas.

Outro fator a ser observado refere-se à Lei do Biodiesel (Lei 11.097, de 13/01/2005) que determina um percentual obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel no Brasil com o seguinte cronograma: até 2008, adicionar o mínimo de 2% de biodiesel; até 2013, o mínimo de 5%. As esmagadoras de soja e demais oleaginosas, que também se concentram entre as ABCD, destacam-se na conversão de parte do óleo de soja produzido para o abastecimento do biodiesel. Em Rondonópolis, a Bunge, até então, não produz biodiesel fora da Europa, mas anunciou o investimento nesse setor nos EUA⁹, onde mantém a segunda maior linha de beneficiamento de soja do país. No Brasil, a Bunge tem criticado o governo por não criar linhas de financiamento às esmagadoras para a conversão da soja em biodiesel, afirmando que o atual governo se preocupa com o produtor e não com o beneficiamento. A ADM, líder de biodiesel na Europa, investiu em fábrica de biodiesel em Rondonópolis, cuja produção iniciou em 2007. A Cargill iniciará a produção de biodiesel na Alemanha, país com maior produção europeia de biodiesel. E a Dreyfuss está construindo uma unidade de biodiesel em Luis Eduardo Magalhães (BA), como se verifica abaixo.

ADM (Archer Daniels Midland Company)

A multinacional ADM é uma das maiores empresas do agronegócio do mundo, com receita mundial líquida de mais de US\$ 30 bilhões e atuação em escala planetária em vários segmentos: soja, milho, cana-de-açúcar, cacau, etc., sendo a maior produtora de álcool etanol dos EUA (país sede da empresa). A empresa começou a atuar no Brasil

⁹ O biodiesel norte-americano é constituído basicamente de óleo de soja, enquanto que na Europa a principal matéria-prima é o óleo de colza.

¹⁰ O Governo dos EUA prevê uma meta de substituição de 75% do petróleo por biodiesel, etanol entre outros.

em dezembro de 1997, através de aquisições significativas, especialmente com as unidades de esmagamento de soja da Sadia (Rondonópolis), tornando-se a terceira maior empresa processadora de soja atuando no País. Anualmente a matriz compra dois milhões de toneladas de soja brasileira.

Estratégia da ADM de ampliar os investimentos em Mato Grosso: entre 2002 e 2004 a empresa aumentou o seu faturamento em 38,8%, passando de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 1,9 bilhão respectivamente. A ADM e a Bunge, em Rondonópolis, beneficiam cerca de um quinto de safra colhida de soja. Neste ano, dos 15,8 milhões de toneladas colhidos no estado, 3,5 milhões de toneladas foram utilizadas para a produção de farelo e óleo. A Bunge esmaga 1,5 milhão ton/ano e ADM, 2 milhões ton/ano.

A fábrica de Rondonópolis recebeu investimento de US\$ 30 milhões e foi quase duplicada e ampliada a sua capacidade de esmagamento de 3,5 (até 2004) para 6,5 mil toneladas de soja para por dia, ficando entre as maiores unidades de esmagamento do Brasil e do mundo. A empresa no Brasil tem capacidade para esmagar 12,5 mil toneladas por dia – nas unidades de Campo Grande (MS), Uberlândia (MG), Paranaguá (PR), Joaçaba (SC) e Três Passos (RS) –, exportando mais da metade da produção, além da exportação de grãos in natura. Isto é, dos 3 milhões de toneladas transformadas em farelo e óleo, a metade é exportada e de outros 3 milhões de toneladas são exportados em grãos. A ADM de Rondonópolis tem capacidade para esmagar 3,5 ton/dia de soja e investiu US\$ 30 milhões em nova fábrica de biodiesel no município, integrada a sua produção de óleo de soja que será usado como matéria-prima.

Os principais mercados da ADM no exterior para grão e farelo é a Europa e Ásia, e para óleo de soja, África e Índia. Esse comércio representa 63,2% do faturamento da empresa no País, sendo subsidiado pelo seu setor de logística que mantém terminais nos principais portos brasileiros: Santos, Paranaguá e Vitória. Somente em 2004 a empresa movimentou quase 6 milhões de toneladas através desses portos, sendo que 58,3% foi comercializado através do porto de Santos. Para tanto, a empresa investe no transporte ferroviário e tem projetos para o transporte hidroviário na região norte do país.

Para oferecer suporte ao comércio externo de commodities, a ADM, no Brasil, também controla terminais nos portos de Santos, Vitória e Paranaguá, aonde exporta soja, farelo, milho e açúcar e importa trigo. Em maio de 2004, a empresa assinou termo de compromisso com o BNDES que financiou a compra de 140 vagões de trem, ou seja dos R\$ 29,3 milhões de investimentos previstos pela ADM, 80% foi financiado pelo Banco brasileiro. A Ferronorte arrendará os vagões para o transporte exclusivo da própria ADM, diminuindo os gargalos das exportações.

Bunge

A Bunge Alimentos e Bunge Fertilizantes (filiais no Brasil do Grupo Bunge) representam mais de 50% do faturamento da multinacional no mundo. Em 2003, havia superado a matriz norte-americana e listava a 4ª posição entre as maiores empresas exportadoras do Brasil. Ao adquirir a Ceval e a Santista, a Bunge deu um grande salto na participação no mercado brasileiro e com projeção internacional, sendo o Brasil plataforma de exportação de grãos, gerando desde 2002 cerca de 13 bilhões de reais (Forbes, nº 72, set 2003).

A receita líquida da Bunge Alimentos em 2004 foi de R\$ 12,7 bilhões, seguida pela Cargill, com R\$ 12,2 bilhões.

A empresa está investindo em áreas de fronteira agrícola no Centro-Oeste e Nordeste do Brasil. O maior complexo industrial de esmagamento de soja do Brasil está em Rondonópolis (MT). O investimento de ampliação da capacidade de esmagamento diário de 1,9 mil toneladas de soja para 5.000 ton/dia, foi de R\$ 44 milhões em 2002. Três anos depois, o investimento para a ampliação do refino de óleo e fábrica de envasamento foi de R\$ 90 milhões em Rondonópolis, com capacidade para produzir 30,6 milhões de litros de óleo ao mês. Também houve investimento de R\$ 7 milhões no aumento da capacidade de esmagamento de caroço de algodão de 400 toneladas por dia, extraíndo o óleo e o linter (componente de ração animal), fechando a linha de esmagamento de caroço de algodão de Bauru (SP). Em Luiziana (GO), a unidade da Bunge (antiga Ceval), tem capacidade de processamento de soja de 1,6 mil ton/dia para a produção de óleo e farelo.

No nordeste, a Bunge Alimentos tem plantas na Bahia – em Luiz Eduardo Magalhães, esmagadora de soja, em funcionamento desde 1987, adquirida na compra da Ceval –, em Pernambuco e no Piauí. Nos últimos anos a empresa investiu R\$ 125 milhões (2002), na fábrica de esmagamento, refino e armazenamento de soja no Piauí,

em Uruçuí. Também investiu em Pernambuco, no município portuário de Suape, quase R\$ 200 milhões na fábrica de margarina e óleos, em 2002, e mais R\$ 130 milhões estão sendo destinados para a futura construção do maior moinho de trigo da América Latina, com capacidade para moer 2.000 toneladas de trigo por dia (850 mil ton/ano), desativando, em 2009, o moinho do porto de Recife. Ainda na região portuária, a empresa investiu no terminal graneleiro no Porto de Santos (Valor Econômico, 06/6/2006). Com o crescimento da Bunge no nordeste brasileiro, a ferrovia Transnordestina passa a ser elemento fundamental para escoamento da produção de grãos da Bahia e do Maranhão.

A Bunge Fertilizantes detém 30% do mercado brasileiro de fertilizantes, com 35 unidades no País, além de exportar para a Argentina, Uruguai e Paraguai. Devido à crise do agronegócio no Brasil (valorização da moeda e seca no Rio Grande do Sul em 2005), que representou queda de 25% do faturamento, a empresa estabeleceu a estratégia de fechar 7 unidades, diminuir em 10% o quadro de funcionários, cortar R\$ 90 milhões de gastos e ampliar o cronograma de investimentos de US\$ 1,3 bilhão para além dos quatro anos inicialmente propostos (Folha de S. Paulo, 06/12/2005).

Cargill

A Cargill atua no Brasil há mais de 40 anos, no agronegócio da soja, milho, trigo e cana-de-açúcar, em 18 estados brasileiros, tendo saído do setor de citros em 2004. No complexo da soja, a empresa detém seis unidades esmagadoras com capacidade total de 11,5 mil toneladas diárias, nos municípios de Mairinque (SP), Rio Verde (GO), Uberlândia (MG), Três Lagoas (MS), Ponta Grossa (PR) e Barreiras (BA).

Os terminais portuários da empresa estão localizados em Paranaguá (PR), Guarujá (SP) e Santarém (PA), além de pequeno investimento em Porto Velho (RO). Juntamente com as demais empresas do agronegócio multinacionais e nacionais, a Cargill investe no setor de transporte brasileiro, sendo as ferrovias Transnordestina e a Ferronorte (Ferroban) e a concessão da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163) os principais.

Na América do Sul, os investimentos no complexo de soja da Cargill concentram-se na Argentina, onde esmaga aproximadamente 18 mil toneladas/dia e ampliará para 30 mil toneladas/dia com a construção de uma nova unidade de 12 mil ton/dia. As vantagens da Argentina são, sobretudo, o custo de produção e a logística de transporte.

Louis Dreyfus (LDComodities; antiga Coinbra)

No agronegócio, o grupo francês atua nos segmentos de soja, milho, canola, semente de girassol, arroz, trigo, cevada, cítricos, cana-de-açúcar, café e algodão. O grupo concentrou os investimentos em commodities nos estados de Mato Grosso, Goiás, Paraná e São Paulo. A ampliação do mercado da soja no Brasil e no mundo estimulou o investimento de R\$ 436 milhões – dos quais R\$ 168,3 milhões são oriundos de

financiamento do BNDES – para investir na ampliação da capacidade de esmagamento das unidades de Ponta Grossa (PR) e Jataí (GO) e construindo uma nova unidade de esmagamento em Alto Araguaia (MT), junto ao terminal da Ferronorte. Em Alto Araguaia a Dreyfus investiu R\$ 110 milhões na nova unidade, com capacidade de beneficiamento diário de 3 mil toneladas de soja, produzindo 2,4 mil toneladas de farelo e 600 toneladas de óleo. Com esses investimentos a capacidade de esmagamento da empresa no Brasil salta de 7,5 mil toneladas por dia para 13 mil toneladas.

A estratégia da empresa não será apenas a de *trading*, os investimentos serão aplicados em atividades agrícolas, industriais e de logística de armazenamento e transporte.

Amaggi

O Grupo Maggi gerou, em 2004, R\$ 2,2 bilhões de receita líquida. A área de atuação da Maggi transcende o estado de Mato Grosso, atuando em Rondônia, Pará e mais recentemente no Amapá, nova fronteira agrícola.

O Grupo Maggi detém hoje duas fábricas de esmagamento de soja em Cuiabá e Itacoatiara (AM), que juntas processam 3,5 mil toneladas de soja por dia para a produção de óleo degomado. A trading Amaggi Exportação e Importação construirá nova fábrica para esmagamento de soja, com capacidade 3 mil toneladas de grãos por dia, em Lucas do Rio Verde. A nova fábrica iniciaria a produção em 2008, um investimento de 100 milhões de reais (Valor 09/08/2006, B13).

A microrregião do Alto Teles Pires, onde se localiza o município de Lucas do Rio Verde é responsável por aproximadamente 32% da produção de soja de Mato Grosso e 10% da produção de soja do Brasil em 2005, isto é, respectivamente 5,629 milhões, 17,761 e 51,182 milhões de toneladas de soja – mantendo um padrão semelhante a 2004 (IBGE, PAM).

Os investimentos do Grupo Maggi estão concentrados em infra-estrutura de transporte multimodal: ferrovia-portos (Ferronorte-TGG), rodovia-hidrovia (BR-163-Rio Amazonas) e rodovia-hidrovia (BR 364-Rio Madeira).

A Lei Kandir: a rusga do ICMS e do câmbio entre ruralistas e governo

No final de 2004 a bancada ruralista pedia a alteração da Lei Kandir – lei que determina a exoneração do ICMS aos exportadores de produtos primários e semi-

elaborados, entre outros –, em vista dos estados e municípios terem perdido R\$ 100 bilhões com a desobrigação de pagamento do ICMS e, por outro lado, o governo repassou apenas 40% aos exportadores. O argumento dos ruralistas incidia sobre a condição ou ausência desse repasse do ICMS do governo federal aos estados, e destes aos exportadores permite ampliar déficit orçamentário dos estados. A bancada afirmava que entre 1996-2004 o repasse fora deduzido de R\$ 60 bilhões por compensações da União. Além do mais, havia consenso entre governo e ruralista da necessidade de atualização da Lei, devido às mudanças ocorridas nos últimos anos e, principalmente, na expansão das exportações.

O repasse aos estados assim estava definido na Lei Complementar 115/2002 da seguinte forma:

Tabela 3:

Repasse de 100% do ICMS distribuído entre as unidades da Federação

AC	0,09104%	ES	4,26332%	PB	0,28750%	RO	0,24939%
AL	0,84022%	GO	1,33472%	PR	10,08256%	RR	0,03824%
AP	0,40648%	MA	1,67880%	PE	1,48565%	SC	3,59131%
AM	1,00788%	MT	1,94087%	PI	0,30165%	SP	31,14180%
BA	3,71666%	MS	1,23465%	RJ	5,86503%	SE	0,25049%
CE	1,62881%	MG	12,90414%	RN	0,36214%	TO	0,07873%
DF	0,80975%	PA	4,36371%	RS	10,04446%	TOTAL	100,00000%

Fonte: MAPA, adaptado.

Em abril de 2004, o governo prometeu a liberação de R\$ 3,9 bilhões dos recursos da Lei Kandir, aos estados (Folha de S. Paulo, 14/4/2004). Contudo, entre 2004-2006 repasse aos estados ficou acumulado em R\$ 16,5 bilhões. Os estados, por sua vez, aceitaram receber a metade, R\$ 8,27 bilhões, dividindo com o governo federal a conta da desoneração (Valor, 17/2/2006).

Em abril de 2006, os produtores agrícolas de Mato Grosso promoveram a segunda edição do “tratoração”, sob forma de protesto contra a crise no campo, fechando rodovias. Em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso do Sul, os protestos também ocorreram, com manifestações em rodovias, porém sem criar muitos transtornos ao fluxo de transporte nas estradas. Em Mato Grosso, o fechamento

das BR 163 e BR 364, em Rondonópolis, impediram o escoamento de grãos, o abastecimento das empresas esmagadoras na região e o abastecimento de produtos e gêneros no estado durante vários dias, intensificados no mês de maio. Os produtores alegam dívidas crescentes, perdas nas colheitas e reclamam a securitização das dívidas, amortizadas em 20 anos.

Políticas de exportação e investimentos em transporte

O preço médio do óleo diesel em Mato Grosso é um dos mais altos do Brasil, superado apenas pelo Acre. Entre 2004 e 2005 o preço do diesel em Mato Grosso aumentou em aproximadamente 28%, em ambiente de crise onde o repasse da queda do preço da saca de soja foi estendido para toda a cadeia de produção e também ao transporte. Em Mato Grosso, os contratos de transporte são feitos por sacas de soja.

Com a intensificação da crise no setor, a tendência é de aumento nos investimentos em transporte não rodoviário, como aqueles com a Ferronorte, e os sistemas multimodais associando ferrovias, rodovias e hidrovias.

Tabela 4:

Embarques de soja *in natura* nos portos do país (milhões de toneladas)

Porto	1º semestre de 2005	1º semestre de 2006
Santos	4.046	4.333
Paranaguá	3.095	2.380
São Francisco do Sul	1.165	1.976
Rio Grande	0,154	1.632
Tubarão	1.191	1.589
Itacoatiara	0,785	0,858
Ponta da Madeira	0,510	0,833
Santarém	0,370	0,551
Outros	0,081	0,138
Total	11,397	14,270

Fonte: Valor Econômico (17/7/2006, B16)

Os investimentos em novas alternativas de transporte refletem redução das exportações pelo Porto de Paranaguá (PR) e investimentos em novas alternativas (Itacoatiara, Ponta da Madeira, Santarém) e a ampliação da capacidade e modernização do Porto de Santos onde concentra os maiores investimentos do setor no Brasil.

O fator agregado nas exportações de Mato Grosso: 88% básico, 8% semimanufaturado e 4% manufaturado. Dentre os principais produtos exportados por Mato Grosso, em 2008, os produtos do complexo da soja representam mais de 70% do

total exportado – sendo a soja in natura responsável por quase 50% deste total –, seguido pelo segmento de carnes (12%), Milho (7%), algodão (5%), madeira (2,5%) e minerais (1%) (ouro e diamante).

Os dois principais países de destino das exportações mato-grossense são a China (20%) e os Países Baixos (15%), o primeiro importa para consumo interno e o segundo para comércio internacional. Entre as grandes regiões geográficas, os países da União Européia concentram 42% das exportações e a Ásia 35%.

Impacto ambiental fundamentado na política da economia agroexportadora

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) estimou em há mais de dez anos que as áreas nativas remanescentes do Cerrado representavam 34,22% (Agência Carta Maior, 18/8/2006).

Conforme o Greenpeace (Agência Carta Maior, 07/4/2006), as três grandes multinacionais do agronegócio, ADM, Bunge e Cargill, investem na BR 163¹¹ – com projeto de financiamento de US\$ 175 milhões para pavimentação – além da aquisição de terras nas adjacências que correspondem à 85% do desmatamento ao longo da rodovia. Por outro lado, a revista Carta Capital e mesmo o jornal Brasil de Fato têm divulgado o apoio de multinacionais às ONGs ligadas à questão ambiental. Ainda, a ASA¹² (American Soya Association – Associação Americana de Soja) também está em campanha contra o desmatamento da Amazônia, tendo vindo em comitiva para verificar o avanço da soja na floresta. Assim, os interesses são cruzados e particularmente opostos quando a questão do capital nacional ou do capital estrangeiro entra em conflito com a soberania nacional.

Contudo, cabe lembrar que o Mato Grosso foi campeão em queimadas em 2005, concentradas na porção norte do estado, para a abertura de campos de cultivo.

Considerando que a alternativa ao avanço da fronteira da soja sobre a floresta amazônica e o cerrado, constitua na intensificação do uso do solo em áreas de pecuária extensiva, com o confinamento ou semi-confinamento, também é necessário refletir que a soja não é produtiva em vales, terrenos arenosos ou ondulados.

¹¹ Igualmente a BR 158, que percorre o divisor de águas das bacias do Araguaia-Tocantins e do Xingu, está na lista de prioridades para infra-estrutura, conforme informou o governador Blairo Maggi (entrevista concedida à Folha de S. Paulo, em 23/01/2005). O asfaltamento dessas duas rodovias permitirá o escoamento da produção do norte do estado através do porto de Santarém e, deste, à costa brasileira por cabotagem.

¹² Ver <http://www.i-sis.org.uk/LOG6.php>

Considerações finais

A História recente do Brasil e da América Latina se assemelham quanto a adoção de políticas neoliberais que abortaram o desenvolvimento industrial e promoveram o retorno da economia agroexportadora, baseada fortemente na produção em natura e em menor grau na agroindústria. Grande parte das cadeias industriais, bem como as áreas de infra-estrutura e energia, foram desnacionalizadas. No caso da cadeia de soja brasileira, o controle é feito por quatro grandes empresas estrangeiras (ADM, Bunge, Cargill e LDC) que comportam-se como oligopsônios e oligopólios, além de controlar o comércio internacional do produto. Não sendo muito diferente em vários outros segmentos, laranja, café, etc.

Graças à sojicultura, o Mato Grosso apresenta um grande crescimento econômico, com elevação na composição técnica da agricultura e formação de uma classe empresarial capitalista. Em decorrência da grande expansão agrícola no estado observa-se também o crescimento de externalidades negativas, principalmente as de caráter ambiental.

Referência Bibliográfica

- AB'SABER, A. N. *Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- AGÊNCIA CARTA MAIOR. Celeiro do Cerrado, 17 de agosto de 2006. Disponível em http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=12005. Acesso em 17/8/2008.
- ALBANO, C. (org.) *Plano de Metas - Mato Grosso (1995-2006)*. Cuiabá: Frente Cidadania, 1994.
- BERNARDES, J. A. “As Estratégias do Capital no Complexo da Soja”. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da; CORRÊA, R. L. (orgs). *Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 2ª ed.
- BRANDÃO, A. S. P.; REZENDE, G. C. de; MARQUES, R. W. da C. “Crescimento Agrícola no Período 1999-2004, Explosão da Área Plantada com Soja e Meio Ambiente no Brasil”. *Texto para Discussão*, nº 1062, IPEA, Rio de Janeiro, janeiro de 2005.
- FERRARI, O. F. Indústria. In: IBGE. **Geografia do Brasil. Região Centro-Oeste**. vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

CARDOSO, M. F. T. C. Organização urbana. **Geografia do Brasil. Região Centro-Oeste**. vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

CHOLLEY, André. Observações sobre Alguns Pontos de Vista Geográficos. *Boletim Geográfico*. nº 179. Rio de Janeiro: IBGE, 1964. p. 139-145

HOLLANDA FILHO, S. B. “Livre comércio versus Protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas feições”. *Est. Econ.*, São Paulo, 28 (1): 33-75, janeiro-março 1998.

_____. “A Organização Mundial do Comércio e os Países em Desenvolvimento”.

Texto para Discussão. nº 1, IPE/FEA-USP, 2001.

IBGE. *Produção Agrícola Municipal*. Brasil, vol. 28. 1997-2001. IBGE: Rio de Janeiro, 1997. (em mídia).

IBGE. *Censo Agropecuário*. Mato Grosso, vol. 24. 1995-1996. IBGE: Rio de Janeiro, 2002. (em mídia).

IBGE. *Produção Agrícola Municipal*. Brasil, vol. 30. IBGE: Rio de Janeiro, 2003. Mimeo.

IBGE. PAM. <http://sidra.ibge.gov.br> IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste*. Brasília: IPEA, 2001.

JANK, M. S. “O Agribusiness Brasileiro e as Negociações Internacionais”. *Revista de Política Agrícola*, ano XI, nº 03, Jul/Ago/Set 2002.

LUEDEMANN, M. da S. O Complexo Agroindustrial de Mato Grosso. *Geografia Econômica*. Nº 2. Florianópolis: PPGG/DG/CFCH/UFSC, dez. 2008, p. 81-95. (Ed. Piloto)

MAMIGONIAN, A. “O Enigma Brasileiro Atual: Lula será Devorado?” *Ciência Geográfica*, ano X, X (2), p. 127-131, maio/agosto 2004.

_____. “Localização Industrial no Brasil: Notas Metodológicas e Exemplos”. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 51, São Paulo, AGB, jun 1976a.

_____. “Notas sobre os Frigoríficos do Brasil Central Pecuário”. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 51, São Paulo, AGB, jun 1976b.

_____. “O Processo de Industrialização em São Paulo”. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 50, São Paulo, AGB, mar 1976c.

MIRANDA, L. e AMORIM, L. *Atlas Geográfico*. Cuiabá: Entrelinhas, 2001 (1ª ed).

- MONTEIRO, C. A. de F. *Geossistema: A História de uma Procura*. São Paulo: Contexto, 1995.
- PASSOS, Messias Modesto dos. *A Construção da Paisagem no Mato Grosso - Brasil*. Maringá: Mestrado em Geografia - UEM; Presidente Prudente: PPGG-ECT-UNESP, 2000.
- PÓVOAS, L. C. *Mato Grosso: um Convite à Fortuna*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- RANGEL, I. *Ciclo, Tecnologia e Crescimento*. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. *Economia: Milagre e Anti-Milagre*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. 2ª ed.
- _____. “História da Dualidade Brasileira”. *Revista de Economia Política*, 4 (1), São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. *Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS (prefácio e organização de José Graziano da Silva).
- ROESSING, A. C.; PAZINATO, J. P.; ROESSING, M. “Influência da Taxa de Câmbio na Variação da Área de Soja e Renda” *Revista de Política Agrícola*, Ano XI, nº 04, Out/Nov/Dez 2002 e Ano XII, nº 01, Jan/Fev/Mar 2003. p. 37-44.
- SANTOS, Milton. “Sociedade e Espaço: a Formação Social como teoria e como método”. *Boletim Paulista de Geografia*. nº 54, São Paulo: AGB-SP, jun/1977.
- _____. *Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SILVA, C. A. F. da. *Grupo André Maggi: Corporação e Rede em Áreas de Fronteira*. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.
- ZYLBERSZTAJN, D. e NEVES, M. F. (orgs.). *Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares: Indústria de Alimentos, Indústria de Insumos, Produção Agropecuária, Distribuição*. São Paulo: Pioneira, 2000.